



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2013

Ano 38 – Nº 213

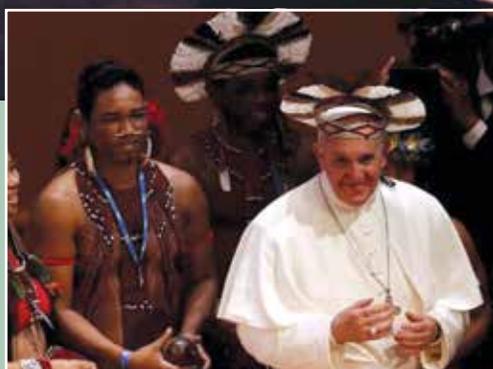
Foto: ABr

## 30 anos depois, Margarida Alves continua viva na luta das mulheres em todo o Brasil

págs.: 8 e 9



Foto: Internet



*Papa no Brasil: pastorais do campo  
escrevem ao irmão Francisco*

pág.: 6

## EDITORIAL

## Mulheres que lutam

Há 30 anos, no dia 12 de agosto de 1983, tombava Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Exemplo de mulher firme na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, ela não recuou apesar das ameaças que sofria. Até hoje, ninguém foi condenado por esta morte com repercussão nacional e internacional. Uma evidência de como são tratados pela Justiça brasileira os crimes contra os trabalhadores.

O Pastoral da Terra, fazendo memória desta mulher lutadora, traz a história de algumas entre tantas mulheres que ainda hoje lutam e enfrentam os desmandos dos poderosos e que por isso, estão “marcadas para morrer” por “desafiar um Estado opressor, seus dominadores e uma cultura patriarcal, mantida no campo de nosso país”. Mulheres que denunciam os crimes do latifúndio, do agronegócio e dos interesses econômicos, mulheres que assumem a liderança porque os homens se sentem acuados e temerosos, diante da violência que ceifou a vida de companheiros que os precederam.

Ao lado destas mulheres, a CPT pranteia a morte de uma grande companheira, Irmã Lucinda, da coordenação da CPT no Mato Grosso do Sul, que junto com Irmã Adelaide, morreram em acidente de trânsito. A história de Ir. Lucinda se confunde com a história da CPT no estado. Ao lado dos homens e mulheres do campo, estava “sempre disposta a distribuir esperança, a incentivar na caminhada, a ter paciência, a ser preocupada com todos”, nas palavras de Vanilton, da CPT Dourados. Outra grande perda, foi a do Pe. Victor Asselin, o primeiro vice-presidente da CPT, falecido no Canadá, vítima de câncer. Um canadense que se tornou maranhense, onde viveu por 40 anos. Um grande estudioso da grilagem de terras no Maranhão que lhe mereceram aplausos e perseguição.

Estamos em comemoração dos 50 anos do Concílio Vaticano II. Pe. Flávio Lazzarin nos lembra o grande salto dado pelo Concílio em relação ao ecumenismo, cuja “mensagem foi o início de uma revolução teológica e de uma mudança de mentalidades”. Essa comemoração, ao lado da presença do papa Francisco no Brasil, provocaram três bispos eméritos a se dirigirem aos demais bispos brasileiros com uma reflexão sobre a responsabilidade de todos sobre o conjunto da igreja, e sugerindo um novo pacto das catacumbas, similar ao feito ao final do Concílio Vaticano II.

A postura, os gestos e as palavras do Papa Francisco apontam para uma consolidação dos valores defendidos no Concílio e sensibilizam o mundo. A CPT junto com as outras pastorais do campo, aproveitando sua presença na Jornada Mundial da Juventude (JM), lhe dirigiram carta em que confessam: “cada vez que o ouvimos falar que a igreja deve sair de dentro de suas estruturas e estar ao lado dos pobres para ouvir seus clamores e sentir de perto seus sofrimentos, nos sentimos apoiados e fortalecidos em nosso trabalho e em nossa Missão”.

Em sintonia com a Campanha da Fraternidade e a JM, as Romarias da Terra e das Águas em diversos estados centraram sua atenção sobre a juventude do campo. Nesta sintonia se encaixa a experiência dos jovens do assentamento Zumbi dos Palmares, no estado do Rio de Janeiro. Nesta edição contamos com a grande filósofa brasileira, Marilena Chauí, para uma reflexão sobre as manifestações que sacudiram o Brasil nos últimos meses.

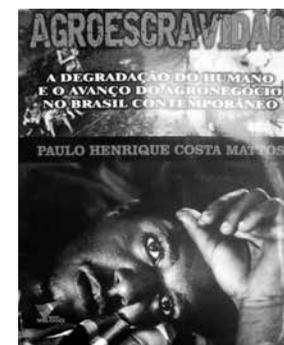
Boa leitura!



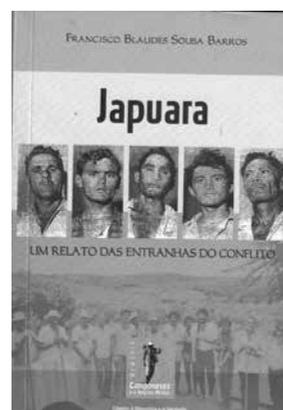
## Agroescravidão: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil contemporâneo

Escrito por Paulo Henrique Costa Mattos e publicado pela Editora Veloso (Gurupi-TO), trata-se de uma obra importante sobre a questão da escravidão rural contemporânea em nosso país e um novo instrumento de luta e de formação.

O livro traz um histórico das primeiras denúncias sobre o uso de mão de obra escrava na modernidade e traz, também, depoimentos de trabalhadores escravizados e agentes responsáveis pelo seu resgate.



## Japuara – um relato das entranhas do conflito



O livro é o segundo título da coleção “Camponeses e o Regime Militar”, organizada por Universidades, Centros de

Pesquisa, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD – MDA) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). A publicação, escrita pelo trabalhador Blaude Sousa, retrata, quarenta anos depois, o que ele e ou-

tros trabalhadores passaram na fazenda Japuara, situada em Canindé (CE). Durante a década de 1970, lavradores que moravam nas terras de Japuara foram surpreendidos pela tentativa do novo dono da fazenda de expulsá-los de lá. Várias pessoas foram mortas e outras tantas ficaram feridas no episódio que ficou conhecido como Chacina de Japuara. A luta dos trabalhadores levou, todavia, à primeira desapropriação de terras para a reforma agrária no estado do Ceará.

**ERRATA** – Erramos no crédito da foto de capa da última edição do Pastoral da Terra (abril a junho de 2013 – ano 38 – nº 212). O crédito correto da foto é CPT Mato Grosso do Sul.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).  
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar,  
Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.  
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.  
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

**Presidente**  
Dom Enemésio Lazzarin

**Vice-presidente**  
Dom José Moreira Bastos Neto

**Coordenadores Nacionais**  
Padre Flávio Lazzarin  
Edmundo Rodrigues  
Isolete Wichinieski  
Frei Luciano Bernardi

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo Silva Souza

APOIO

EED



MZF

Missionzentrale der Franziskaner



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

## Repúdio à Privatização das águas públicas dos mares e águas doces

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) denunciou em agosto passado as ações de órgãos governamentais em prol de uma privatização das águas públicas, em benefício de projetos de Aquicultura. Conforme documento divulgado pelo MPP, “nos últimos anos, a pesca artesanal vem sendo negada e invisibilizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), numa perspectiva de desvalorização das comunidades tradicionais pesqueiras, caracterizada pela ausência

de uma política de fomento e revitalização da pesca artesanal, associada à criminalização dos pescadores e pescadoras”. O Movimento quer chamar a atenção da sociedade para os riscos de eclosão de conflitos sociais, ambientais e territoriais, além do comprometimento da diversidade de pescado na mesa dos brasileiros e da nossa soberania alimentar.

## Na caminhada contra o trabalho escravo

Entre os dias 06 e 08 de agosto estiveram reunidos em Araguaína (TO) na Casa Dona Olinda, os 20 membros da coordenação Ampliada da Campanha da CPT “De Olho aberto para Não Virar Escravo”. A campanha deflagrada pela CPT em 1997, desempenha seu papel de luta contra o trabalho escravo, com a participação de 20 equipes da Pastoral espalhadas em oito estados. Realizada a cada três meses, a reunião, com todos os educadores e agentes envolvidos, constitui sempre um momento de análise da caminhada em cada regional, e um pensar os novos passos, com espaços de formação e reflexão sobre a problemática. Nessa última esti-



Foto: CPT Araguaia/Tocantins

veram presentes, também, a professora da UFRJ, Adônia Antunes Prado, que compõe o Grupo de Pesquisa em Trabalho Escravo Contemporâneo (GP-TEC), e o estudante de Comunicação Social da UFMA, Antônio Paiva, ambos com pesquisas voltadas às ações da Campanha.

## Programa educativo

### “Escravo, nem pensar!” lança jogo didático

O “Escravo, nem pensar!”, coordenado pela ONG Repórter Brasil, lançou o jogo didático sobre o combate ao trabalho escravo que leva o mesmo nome do programa. O material, produzido com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem como objetivo difundir a luta para a erradicação do trabalho escravo e engajar o público infanto-juvenil nessa temática, por meio de uma abordagem lúdica e criativa. O jogo atende à demanda de professores formados pelo programa, em relação à escassez de recursos disponíveis para abordar o trabalho escravo com alunos mais jovens. Ele é colaborativo e estratégico, uma vez

que depende da ação conjunta de todos os jogadores para alcançarem a vitória. Além disso, envolve diálogo sobre cada ação efetuada. A partir do segundo semestre desse ano, o jogo “Escravo, nem pensar!” será utilizado em formações de professores e lideranças.



Foto: Repórter Brasil



## Instituto Chico Mendes rebate números apresentados pela CNA

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) criticou no dia 12 de julho, uma série de dados apresentados no dia 10 pela presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu. De acordo com a entidade, não há fundamento na afirmação de que a criação de áreas protegidas represente diminuição do tamanho das áreas de produção agrícola. Em entrevista coletiva, Kátia Abreu, senadora pelo PSD do Tocantins, disse que o

país corre risco de reduzir em 48,8 milhões de hectares a área de produção agrícola, entre 2011 e 2018, caso sejam mantidas as médias de demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação ambiental dos governos Fernando Henrique e Lula. De acordo com o ICMBio, criar unidades de conservação não representa ameaça à produção rural no Brasil, nem tampouco é impedimento para o crescimento da agropecuária, como prova o forte aumento da produção de grãos nos últimos 16 anos.

## Violência na América Latina preocupa em Conferência de Prêmios Nobel Alternativo

A primeira Conferência Regional de Prêmios Nobel Alternativo, realizada entre os dias 1 e 6 de julho, em Bogotá, Colômbia, teve fortes declarações contra a violência sofrida por indígenas, camponeses e líderes sociais latinoamericanos. Representantes de organizações diversas, agraciados com o prêmio Right Livelihood Award, reuniram-se para debater os principais problemas que atualmente enfrenta a região, e discutir soluções práticas que transformem a vida da sociedade civil. A CPT foi representada por Silvano Lima, da CPT Araguaia-Tocantins. Depois de compartilhar suas experiências e trajetórias, os laureados concordaram na necessidade de desenvolver um me-



Foto: RLA

canismo efetivo de proteção para os líderes e ativistas da região ameaçados. Segundo estatísticas da Global Witness, em nível mundial e para o período 2002-2011, o Brasil foi o país que registrou a maior quantidade de assassinatos de líderes ambientais e sociais, com 365 vítimas.

## CPT recebe prêmio de direitos humanos da Arbeitskreis Shalom, na Alemanha

Organização fundada por estudantes de Teologia da Universidade Católica de Eichstätt, na Alemanha, o Arbeitskreis Shalom für Gerechtigkeit und Frieden (AK Shalom), oferece um prêmio de direitos humanos desde 1982. A CPT foi escolhida para recebê-lo nesse ano de 2013. A cerimônia de entrega foi na própria Uni-

versidade, no dia 15 de junho. O padre Paulo Joanil, coordenador da CPT Pará, representou a CPT no evento. O AK Shalom já existe há 32 anos. Todo o trabalho é voluntário. O prêmio em dinheiro é oriundo de doativos de entidades, como a igreja, a cidade, a universidade, além de entidades privadas.

## ARTIGO

# Novo Marco Regulatório da Mineração: riscos para os povos do campo

JANE SILVA\*

Em seminário realizado em novembro de 2012, equipes da CPT de 13 estados, debateram as diversas formas de violação de direitos, ameaças e danos sociais e ambientais que se têm registrado no campo nos últimos dez anos, cometidos pelas mineradoras às comunidades tradicionais, indígenas e de pequenos agricultores/as.

Ameaças causadas por retirada de minérios que vai desde a areia, calcário e granito para uso na construção civil, ao ouro, como o que será explorado pela empresa canadense Belo Sun, em Altamira, no Pará, que destruirá duas terras indígenas e remanejará comunidades ribeirinhas, também já impactadas pela hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu.

Intensificou-se a retirada de bauxita, ferro e urânio causando a destruição de grandes áreas de vegetação nativas, característica de cada região, contaminação das águas e mais recentemente, mudança no mapa fundiário. Isso se deu a partir da “desafetação” de assentamentos rurais da reforma agrária, e de Unidades de Conservação conquistados com muita luta de camponeses e ambientalistas.

O cenário apresentado nos relatos traz a constatação de uma nova corrida para “dentro do Brasil”. Dentro dele, a partir de inevitáveis migrações de trabalhadores/as e comerciantes para os municípios onde essas empresas mineradoras se instalam, há uma grande instabilidade social. Tudo isso gera um caos na gestão local, que não tem capacidade de reação para implementar mudanças estruturais nas novas ocupações urbanas que surgem, ou nos aparelhos públicos do município, despreparados para atender tal demanda.



Foto: Douglas Mansur - Novo Movimento

Os relatos das populações locais denunciam, também, a prática de debates, negociações e tentativas de acordos localizados, que tratam individualmente as indenizações de benfeitorias, pagamentos de danos ou outros benefícios. Além das condições desiguais amparadas por uma legislação diferenciada para cada segmento: posseiros e assentados, quilombolas e indígenas, fragmentando assim, as resistências.

Nesse contexto, o Novo Marco Regulatório da Mineração (Projeto de Lei 5.807/13) é apresentado como solução para o “disciplinamento” do setor mineral. A mineração acaba contando com uma espécie de senso comum, que a vê unicamente como uma atividade estratégica, necessária para fortalecer a economia brasileira, e, dessa forma, tem uma menor pressão nacional e internacional do que a pressão feita sobre o Código Florestal. Sobre o novo marco, setores da sociedade limitam-se em debater o percentual dos royalties, como tem acontecido nas audiências e sessões especiais nas Assembleias Le-

gislativas dos estados, onde se exploram esses diversos minérios. Ignora-se ou evita-se o debate sobre os impactos ambientais, de proporções tão irreversíveis quanto o desmatamento favorecido pelo novo código florestal, recentemente aprovado.

E o que se pode esperar de um Congresso onde a correlação de forças sempre foi desfavorável aos interesses das comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses com ou sem terra? Com deputados e senadores eleitos com apoio de empresas mineradoras ou de suas subsidiárias?

O Novo Marco também não introduz o tema da terra ou do território, de forma a garantir os direitos dos atingidos direta ou indiretamente pela mineração. Há relatos de comunidades que não têm minério em seus territórios, mas são afetadas por minerodutos, ferrovias, estradas ou linhas de transmissão de energia, que ligam as minas a hidrelétricas ou portos de embarque para exportação.

Desconsidera, da mesma forma, a consulta prévia às comunidades e a

possibilidade de áreas livres da mineração, seja por direitos étnicos, culturais ou adquiridos, como no caso dos assentamentos que permitam a reprodução da agricultura familiar ou pelo baixo teor de determinado minério existente nesse subsolo.

Constata-se também que, seguindo a dinâmica imposta pelas empresas mineradoras, as reações dos movimentos sociais se apresentam localizadas, com surgimento de organizações locais de pouca capacidade de intervenção regional ou nacional, campanhas regionalizadas ou nacionais de pouca articulação entre si, e movimento social nacional sob forte pressão da urgência imposta pelo governo para a votação do novo marco.

Na busca da superação desses desafios e na perspectiva de envolver a sociedade no debate, várias entidades, ONGs, Pastorais e a CNBB vêm buscando abrir o diálogo com setores do governo e dar voz às comunidades diretamente atingidas. Elas acreditam que, se aprovado o novo marco sem um amplo debate que garanta a participação dos indígenas, quilombolas, assentados e posseiros, esse novo modelo no campo provocará o extermínio do modo de vida, de produção e reprodução desses segmentos, pois são eles hoje os mais vulneráveis. Ainda mais que a União se mantém como “dona” da terra indígena, dos territórios quilombolas e assentamentos não titulados.

E conclui-se que, a aceleração da extração dos minérios com concessões de no mínimo 40 anos, traz insegurança para gerações futuras e apresenta-se como curto espaço de tempo para se criar um modelo pós-extratativismo minerário.

\*agente da CPT Pará.

## FORMAÇÃO

# Desenvolvimento e Relações Sociais no Campo

CRISTIANE PASSOS

No dia 1 de julho, na Faculdade UnB Planaltina (FUP), teve início o “Curso de Especialização em Desenvolvimento e Relações Sociais no Campo: diversidade e interculturalidade dos povos originários, comunidades tradicionais e camponesas do Brasil”, com a conferência de abertura proferida pelo Prof. Gersem José dos Santos Luciano, mais conhecido como Gersem Baniwa, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O conferencista, indígena da etnia baniwa, doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, trabalhou o tema do Estado brasileiro com sua Constituição, seus códigos de direito, suas políticas públicas, em relação com os povos e comunidades tradicionais, principalmente os povos indígenas.

O Curso foi criado este ano, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da FUP, e em convênio com a Articulação das Pastorais do Campo, formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT);

Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Comissão Pastoral de Pescadores/as (CPP); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e Cáritas, e se destina à formação dos agentes destas pastorais. Ele visa possibilitar um espaço de formação e de pesquisa acadêmica sobre a diversidade camponesa, étnica e cultural, e se desenvolverá em três etapas ou módulos de quinze dias cada um. A primeira etapa se realizou em julho de 2013, as outras duas estão previstas para fevereiro e julho de 2014, com uma carga horária diária de oito horas. Em janeiro de 2015 será realizada a quarta etapa, dedicada às defesas públicas das monografias, com a participação de todos os alunos e professores que atuaram nas orientações.

30 agentes e lideranças das Pastorais do Campo de todas as regiões brasileiras estão matriculados no curso e participaram dessa primeira etapa, realizada no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, em Luziânia. 14 dos participantes são da CPT.

Para a coordenadora da CPT, Isolete Wichinieski, a motivação para o curso surgiu da necessidade de se



Foto: Coletivo do Curso de Especialização

buscarem respostas adequadas aos desafios que a realidade do campo apresenta aos agentes das pastorais envolvidas. “Esse é um curso de formação concretizado pelas Pastorais do Campo a partir de um processo de articulação com a proposta de discutir a questão, formar agentes multiplicadores em seus regionais e fortalecer o seu trabalho junto às suas comunidades”. Os agentes mul-

tiplicadores devem contribuir para o fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos e também favorecer “uma melhor conscientização das comunidades”, destacou ela.

Entre os professores da primeira etapa estavam: Clóvis Antonio Brighenti (UFSC); Regina Coelly (FUP/UnB), Cléria Botelho (UnB), Lúcia Helena Rangel (PUC-SP) e Mônica Celeida R. Nogueira (FUP).

## Agentes esperam que o curso possa contribuir no trabalho de base

“Para mim o curso é uma porta que se abre com perspectivas não só de ampliar meus conhecimentos, mas de compreender melhor o contexto social e a luta dos trabalhadores na qual eu estou inserido”. Depoimento de Egidio Alves, da CPT BR 163, prelazia de Itaituba (PA).

“O Curso tem sido uma experiência rica que vai para além dos conteúdos temáticos. Destaco a convivência entre agentes de diferentes pastorais e organizações participantes, que tem proporcionado

um conhecimento mais significativo sobre a realidade de populações com as quais não tenho contato próximo, como os povos indígenas e pescadores por exemplo. Vale a pena falar também dos (as) professores (as) que além de capacitados, se mostraram também comprometidos com os povos do campo, tendo em vista um processo de transformação da sociedade. Enquanto participava das aulas e debates desejava que outros(as) companheiros(as) da CPT e militantes da luta do povo também pudessem be-

ber dessa água, pois o curso está sendo um espaço crítico acerca da realidade camponesa em toda a sua diversidade, considerando as relações sociais e seus processos históricos. Na CPT Bonfim, da Equipe Centro-Norte, na Bahia, estamos aprofundando alguns conteúdos e também o material disponibilizado na primeira etapa. Para mim, voltar a estudar exige muita disciplina e este é um desafio diante das demandas de trabalhos da CPT”. Maria Aparecida de J. Silva, da CPT Centro-Norte – Bonfim (BA).

“Essa primeira etapa foi de grande aprendizagem e troca de conhecimentos, onde pudemos compartilhar as realidades em que vivemos, fazendo o resgate histórico sociocultural dos povos indígenas, quilombolas e camponeses do Brasil. Temos como objetivo compreender melhor os processos históricos e a conjuntura atual para podermos ajudar nos trabalhos de base nas comunidades”. Ana Hellen Vieira, da CPT Nordeste II.

## ARTIGO

# No rastro do Papa Francisco

*A presença do Papa Francisco no Brasil para a Jornada Mundial da Juventude motivou a Articulação das Pastorais do Campo, formada pela CPT, CIMI, Cáritas, Pastoral da Juventude Rural, Conselho Pastoral dos Pescadores e Serviço Pastoral dos Migrantes, a encaminhar a ele carta na qual dizem se sentem apoiadas e fortalecidas por suas palavras e gestos.*

*Na esteira desta visita, os bispos eméritos, Dom José Maria Pires, Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, dirigiram carta aos bispos do Brasil, compartilhando reflexões sobre o ministério dos bispos, a colegialidade episcopal e a importância do momento atual.*

ANTÔNIO CANUTO\*

## Carta da Articulação das Pastorais do Campo ao Papa

“Caríssimo Irmão Francisco, Como é bom nos dirigir ao senhor chamando-o simplesmente de irmão, sem qualquer outro título que o distancie do projeto de Jesus. Sentimo-nos muito próximos do senhor por esta sua postura simples e sonhamos com um dia a Igreja se ver totalmente livre, simples e pobre como Jesus de Nazaré, ao lado dos pobres com tantos rostos e nomes”, assim começa a carta.

Depois de se apresentarem e de apresentarem o serviço que cada pastoral presta ao povo de Deus, diz: “Neste serviço solidário ouvimos todos os dias os gemidos de dor e angústia de milhares de famílias que foram ou ainda são espoliadas de suas terras, de seus meios de subsistência e de sua cultura, que são discriminadas e invisibilizadas”. E aponta como responsáveis pela negação de direitos: “empresas e empreendimentos capitalistas com seus grandes projetos de ‘desenvolvimento’. Destaca ainda o “penoso e desgastante processo que se prolonga por décadas” para a efetivação de direitos reconhecidos em lei, “sobretudo quando se trata do direito aos territórios dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos pescadores e ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais.”

As pastorais dizem ao Papa que o apoio que dão às lutas e reivindicações das comunidades sofre o ataque de diversos setores da sociedade e “o mais angustiante é que esta incompreensão a encontramos também em setores da própria igreja e da parte de muitos bispos e padres que estão mais ao lado dos que têm bens e poder, do que ao lado dos pobres.”

Enfatizam: “Irmão Francisco, cada vez que o ouvimos falar que a igreja deve sair de dentro de suas estruturas e estar ao lado dos pobres para ou-

vir seus clamores e sentir de perto seus sofrimentos, nos sentimos apoiados e fortalecidos em nosso trabalho e em nossa Missão que é a missão samaritana de ajudar a que os caídos se levantem

e caminhem por si, a que os oprimidos ergam a cabeça reconhecendo sua dignidade de filhos e filhas de Deus.”

A carta conclui com o desejo de que o papa venha conhecer a realidade

de do povo do campo brasileiro ou que pelo menos “envie sua palavra de conforto para os que sofrem a cada dia as violências e as ameaças à vida e à dignidade humana.”

## Um novo pacto das catacumbas

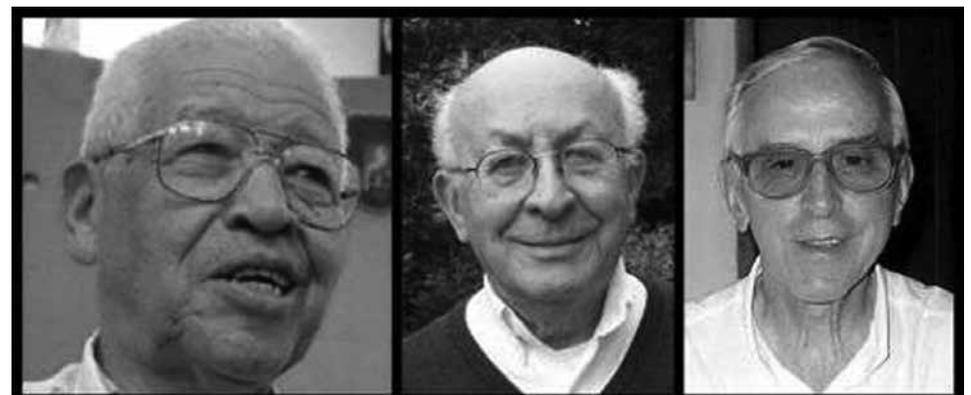
Os bispos eméritos, Dom José Maria Pires, Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, no dia 15 de agosto, como “participantes do Colégio episcopal, e por se sentirem responsáveis pela comunhão universal da Igreja Católica”, dirigiram aos bispos do Brasil, carta compartilhando com eles algumas reflexões.

### Tópicos de sua reflexão:

**Ministério dos bispos.** A partir do Decreto Christus Dominus do Concílio Vaticano II, os bispos acentuam o caráter de cada diocese como “uma porção do Povo de Deus” na qual se realiza plenamente toda a igreja. A Diocese não é um pedaço da igreja, nem filial do Vaticano, mas toda a Igreja de Jesus Cristo naquele espaço.

**Sinodalidade ou colegialidade dos bispos.** Os bispos eméritos acentuam que o Concílio Vaticano II propõe uma igreja mais colegiada, e sentem ser este o desejo do Papa Francisco. Constatam, porém, que esta perspectiva não foi encampada pelo Código de Direito Canônico e por documentos do Vaticano “que caminharam na direção de restringir a sua compreensão e de criar barreiras ao seu exercício”.

**A importância do atual momento histórico** é enfatizada pelos signatários por “coincidir com o cinquentenário do Concílio Vaticano II”. E por isto ape-



lam a que os bispos assumam colegialmente a responsabilidade pelo conjunto de toda a Igreja, “não como sacerdotes da antiga lei e sim, como profetas”. “Se os bispos de todo o mundo exercessem com mais liberdade e responsabilidade fraternas o dever do diálogo e dessem sua opinião mais livre sobre vários assuntos, certamente se quebrariam certos tabus e a Igreja conseguiria retomar o diálogo com a humanidade”, dizem. Tabus como o reconhecimento dos “plenos direitos da mulher”, o clericalismo que “vem excluindo o protagonismo eclesial dos leigos e leigas”, e a cultura ocidental como única expressão da fé. É “importante dar à Igreja outros rostos”, afirmam.

Acentuam que **está na hora de se assumir o Vaticano II** que significa “viver dentro de uma Igreja plural e pobre, de opção pelos pobres, uma eclesiologia de participação, de libertação, de diaco-

nia, de profecia, de martírio” ... e que o ponto que mais deve exigir a atenção dos bispos é: “Qual a imagem de Deus damos ao mundo?”

Para isso é preciso “voltar ao primeiro amor” que, como “para o Povo de Israel significava retomar a mística e a espiritualidade do Êxodo”, para as Igrejas da América Latina “é retomar a mística do Reino de Deus na caminhada junto com os pobres e a serviço de sua libertação”. Por isso, “as pastorais sociais não podem ser meros apêndices da organização eclesial ou expressões menores do nosso cuidado pastoral. Ao contrário, é o que nos constitui como Igreja”.

E sugerem: Não seria hora de um **novo Pacto das Catacumbas**, à semelhança do celebrado ao final do Concílio?

## ARTIGO

# Debate sobre as manifestações na cidade de São Paulo

MARILENA CHAUI\*

Minhas observações se referem apenas às manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Sua causa foi o que denomino “o inferno urbano”, decorrente dos seguintes fatos:

- explosão do uso do automóvel: a mobilidade urbana se tornou quase impossível. A cidade se estrutura com um sistema viário destinado aos carros em detrimento do transporte coletivo;

- desrespeitando o plano diretor da cidade, deu-se a explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e shopping centers, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável;

- degradação da vida cotidiana das camadas mais pobres da cidade com o aumento da exclusão social, a expulsão dos moradores das regiões favorecidas pelas grandes especulações imobiliárias e o conseqüente aumento das periferias carentes;

- o transporte coletivo é indecente, indigno e mortífero. O programa do metrô, sob responsabilidade do governo do estado, previa a entrega de 450 km de vias até 1990; até 2013, foram feitos 90 km! No caso do transporte por ônibus, sob responsabilidade municipal, um cartel domina o setor sem prestar contas a ninguém.

A convocação para as manifestações partiu da demanda pela revogação do aumento da tarifa do transporte público e foi feita pelas redes sociais, que derrubam o monopólio dos meios de comunicação de massa. Entretanto, redes sociais e procedimentos da mídia têm características comuns:

- é indiferenciada: poderia ser para um show da Madonna, para uma maratona, etc. e calhou ser pela tarifa do transporte público;

- tem a forma de um evento, ou seja, é pontual, sem passado, sem futuro e sem saldo organizativo porque, embora tenha partido de um movimento social (o Movimento Passe Livre - MPL), à medida que cresceu passou à recusa da estrutura de um movimento social, para se tornar um espetáculo de massa;

- assume gradativamente uma dimensão mágica, cuja origem se en-

contra no próprio instrumento tecnológico empregado, pois este opera magicamente, já que os usuários são, exatamente, usuários e não possuem o controle intelectual e técnico do instrumento que usam. A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer.

O pensamento mágico poderia levar a acreditar que a vitória sobre a tarifa do transporte coletivo garantirá outras de mesmo tipo. Ora, o inferno urbano indica que há uma nova e difícil tarefa política pela frente. É necessária uma luta política de muito fôlego para enfrentar o poder das montadoras, das empreiteiras e do cartel de transporte coletivo. Isto é, o poder do capital, que não se relaciona com reivindicações e exigências como os poderes públicos democráticos. O capital espanca, arrebenta, mata e vence.

O MPL, para assegurar a unidade do movimento, evitou a referência aos partidos. Ele se organiza segundo o princípio da auto-gestão, com relações horizontais, diferente das relações verticais dos partidos políticos. O movimento foi às ruas sem qualquer expressão partidária. Na comemoração da vitória, símbolos e bandeiras dos partidos foram execrados e militantes espancados, deixando clara a recusa das mediações institucionais, erguendo-se contra os partidos e os governos.

Nas décadas de 1970 a 1990, os movimentos sociais tiveram um papel político decisivo na implantação da democracia no Brasil porque: 1. introduziram a ideia de direitos sociais, econômicos e culturais para além dos direitos civis liberais; 2. afirmaram a capacidade auto-organizativa da sociedade; 3. introduziram a prática da democracia participativa como condição da democracia representativa a ser efetivada pelos partidos políticos. Portanto, eram políticos, valorizavam a política e propunham mudanças políticas. Ao contrário, o ponto de chegada das manifestações foi o tema da corrupção política e a recusa dos partidos políticos, aderindo à ideologia neoliberal, que afasta a política como mediação no espaço público e afirma a auto-regulação da sociedade pelo mercado.

Evidentemente, a crítica às instituições políticas não é infundada, pois os partidos tendem a ser clubes de oligarquias locais, que usam o público para seus interesses; a qualidade dos legislativos é muito baixa e a corrupção é o modo “normal” de seu funcionamento; como conseqüência, a relação de representação não se concretiza porque vigoram relações de favor, clientela, tutela e cooptação. Também é legítima a crítica ao PT por ter abandonado o que determinou seu nascimento e crescimento, isto é, o campo das lutas sociais auto-organizadas e ter-se transformado numa máquina burocrática e eleitoral.

Foto: Mídia Ninja



Se os manifestantes, porém, analisassem as causas desse modo de funcionamento dos partidos políticos, saberiam que o atual sistema político-partidário foi deixado pela ditadura e leva os partidos a coalizões absurdas para governar, abrindo as comportas para a corrupção. Apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, a maioria dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida pela mídia, de que os partidos, por definição e essência, são corruptos. Os meios de comunicação buscam o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados. Outra reprodução da linguagem midiática se dá quando falam de ética na política (ou seja, a transposição dos valores do espaço privado para o espaço público), quando, na verdade, se trata de afirmar a ética da política (isto é, valores propriamente públicos). Esta depende não das virtudes dos políticos e sim da qualidade das instituições públicas, enquanto instituições republicanas.

Concluindo: malgrado as afirmações contra a política, os manifestantes realizaram um evento político: disseram não ao que aí está, começando pela exigência da dignidade do transporte público, passando pela qualidade da educação e saúde públicas e denunciando a corrupção dos poderes públicos.

Porque uma nova possibilidade política está aberta, faço uma última observação sobre os riscos de apropriação e destruição dessa possibilidade pela direita conservadora e reacionária: se não levarem em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, os manifestantes não compreenderão o campo no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela e, vítimas do pensamento mágico, fecharão o campo democrático enquanto criação de direitos e abertura histórica.

\*Filósofa, é professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

# “Da luta eu não fujo”: 30 anos do as

RENATA ALBUQUERQUE E  
MARLUCE MELO\*

Na cidade de Alagoa Grande, brejo paraibano, eram aproximadamente 18h de uma sexta-feira, 12 de agosto de 1983, quando Margarida Maria Alves foi chamada na porta da sua casa por uma voz vinda de fora. Ao sair, Margarida foi atingida no rosto por um tiro de escopeta calibre 12, disparado por um matador de aluguel. Seu marido e seu filho estavam dentro da casa. “Ouvi uma grande explosão e fiquei mouco. Levei um susto, olhei para fora e vi Margarida cheia de sangue. Fiquei apavorado, corri para a porta e vi o rosto dela completamente deformado. Ela estava morta. Meu Deus, ela estava morta.” relatou seu companheiro Severino Cassimiro, dias depois da morte da esposa. O crime, que chocou a cidade de Alagoa Grande e logo teve repercussão nacional e internacional, tornou-se um exemplo emblemático do conflito secular entre, de um lado: trabalhadores rurais explorados que lutam pelos seus direitos. Do outro: fazendeiros latifundiários da região.

Margarida Maria Alves, filha mais nova de uma família de nove irmãos, nasceu em 1933 na cidade de Alagoa Grande. Sua história se confunde com a história da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais assalariados na Paraíba e no Nordeste. Margarida foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) da cidade onde nasceu. Durante os 12 anos em que esteve à frente do Sindicato, assumiu uma postura combativa e aguerrida diante das violações de direitos, intimidações e ameaças praticadas pelos latifundiários.

Em documento oficial datado de 1 de abril de 1981, o sindicato onde atuava Margarida registra que naquela época estavam em andamento “várias reclamações na Justiça do Trabalho, em Campina Grande, na PB. Por causa disso, tem recebido grande pressão



Foto: Internet

por parte dos empregadores rurais.” O documento relata ainda as ameaças que a líder sindical vinha sofrendo: “Os proprietários começaram a fazer pressão à diretoria do sindicato, fazendo ameaças, dizendo que iriam quebrar de pau, atirar na presidente e fechar sua sede, passar o carro por cima da presidente. Afinal, falavam, a presidente estava querendo mesmo era uma bala, sem esperar”.

“Não fugimos da luta. É mais fácil vocês ficarem sabendo que morremos do que fugimos correndo. Vamos conquistar nossos direitos. Dizem os proprietários rurais que em Alagoa Grande estamos invadindo as suas propriedades, mas invadindo estão eles... invadindo os nossos direitos”, respondia Margarida aos que discordavam de sua atuação aguerrida à frente do Sindicato. À época do assassinato da líder sindical, havia mais de 70 ações trabalhistas na junta de conciliação e julgamento de Campina Grande (PB).

## 30 anos de impunidade

30 anos já se passaram desde que Margarida foi assassinada. Até o momento, o crime permanece impune: nenhum acusado pela morte da sindicalista foi condenado. Entre os acusados de serem os mandantes está o administrador da conhecida Usina Tanques, José Buarque de Gusmão, conhecido como Zito Buarque, absolvido por 5 votos a 2, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) em

2001, 18 anos após o crime. O caso ainda foi levado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve, em novembro de 2002, a decisão do TJPB. O acusado de ser o executor do crime, José Betânio Carneiro estava foragido à época do julgamento, foi beneficiado pela prescrição penal e excluído do processo em 1997. Seu paradeiro permaneceu desconhecido. O proprietário da Usina Tanques, Agnaldo Veloso Borges, outro acusado de encomendar a morte de Margarida, faleceu em 1990. Ele também era acusado de estar envolvido no assassinato do líder das Ligas Camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira, em 1962.

## “Margarida torna-se um símbolo de mudança”

“Eu me lembro da notícia da morte de Margarida. Eu era criança e lembro que estava brincando quando de repente ouvimos uma notícia no rádio: a notícia da morte de Margarida. Lembro minha mãe dizer: ‘mataram uma mulher porque ela lutava pelo povo e pelos seus filhos’”, conta Vanúbia de Oliveira, paraibana e

integrante da coordenação regional da Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste II. “Essa é sempre a lembrança e história que eu trago comigo. Quando Margarida lutava por melhores salários, melhores condições de trabalho, ela lutava para que uma comunidade tivesse uma melhor condição de vida. Margarida torna-se um símbolo de mudança” acredita.

“O povo daquela região vivia amedrontado com tamanha violência, era um clima de muito medo. Quando fazíamos as reuniões com os trabalhadores canavieiros, alguém tinha que ficar na porta vigiando para ver se vinha alguém estranho. A morte de Margarida fez com que a organização do povo fosse se fortalecendo. Hoje tenho orgulho de dizer que todas as terras da Usina Tanques, de Agnaldo Borges, um dos acusados de ser o mandante do crime, foram desapropriadas”, relata Sílvia Tavares, agente pastoral da CPT em João Pessoa/PB. “Margarida foi e continua sendo uma grande motivadora da luta no campo e da luta das mulheres. Tanto que nos incentivou a lutar pelo nosso papel na sociedade, no mundo de hoje. Ela foi um grande exemplo de mulher que sonha. A sua memória nos provoca todos os dias a lutar por mudanças concretas, por justiça, igualdade e solidariedade para nossa gente”, complementa.

## As Margaridas que brotam no campo brasileiro

Depois da morte de Margarida e de tantas outras e outros que tombaram na luta pela garantia dos direitos dos povos do campo, brotaram outras ações de resistência comandadas por outras Margaridas. Nessa luta do cotidiano, que marca a mulher rural brasileira, os desmandos dos poderosos deixaram suas marcas. Muitas estão marcadas para morrer por desafiar um Estado opressor, seus dominadores e uma cultura patriarcal, mantida no campo de nosso país.

A seguir a história de algumas das marcadas para morrer.

**Dinhana Nink** desafiou um homem ligado à quadrilha de pistoleiros que tomava conta da região em que vivia. Ela morava no assentamento Gedeão, município de Lábrea, sul do Amazonas. Sem nenhuma estrutura de policiamento, o lugar é destino de madeireiros ilegais, que contratam pistoleiros para garantir que ninguém impeça o roubo de

## TA CAMPONESA

# assassinato de Margarida Maria Alves

madeira. Em resposta à sua coragem, Dinhana foi assassinada com uma bala no peito na madrugada do dia 30 de março de 2012. O crime aconteceu na frente de seu filho de 6 anos, Tiago. O pai de Dinhana, primeiro a chegar depois do crime, encontrou Tiago limpando o sangue do rosto da mãe. Dinhana deixou mais dois filhos, um de sete e outro de dez anos.

**Nilcilene Lima**, presidente da Associação de Pequenos Produtores do Sul de Lábrea, sofreu intimidações de madeireiros ilegais e grileiros e foi ameaçada de morte por ter denunciado suas quadrilhas. Esteve sob proteção policial por um pequeno período, findo o qual teve que abandonar seu lote e deixar a comunidade, pois os madeireiros da região conseguiram expulsar até mesmo a Força Nacional,

A assentada **Maria Líbia Nogueira Santana**, 34 anos, descobriu que sua casa havia sido invadida no dia em que voltou do hospital com a filha recém-nascida no colo. Hoje com cinco filhos, ela vive em uma casa emprestada em Nova Califórnia, vila mais próxima do sul de Lábrea (AM). Maria também vivia no assentamento Gedeão, com Dinhana e Nilcilene. “A gente vivia num lote aprovado no assentamento Gedeão há 2 anos. Eu saí para ganhar nenê e meu filho quebrou o braço, então tivemos que ficar três meses sem voltar para casa. Um dia o vizinho ligou e avisou que tinha gente na nossa casa. A gente voltou na hora, com tudo. Chegou lá e tinha uma mulher dizendo que comprou a minha terra”, disse Maria. A família de Maria construiu um barraco no lote. Ficaram fora um dia e o barraco foi queimado. Construíram outro. Seis homens armados passaram a ameaçar a família de Maria que desistiu e saiu da sua terra.

**Késia Furtado de Araújo**, 32 anos, de Santana do Araguaia (PA), mesmo sem ser uma liderança dos tra-

balhadores rurais ou diretora do sindicato, foi presa e, na cadeia, ameaçada de morte. Seu crime: defender Nádia Pinho, a principal líder dos acampados, em depoimento sobre o assassinato de um pistoleiro no município. No presídio, Késia recebeu a visita da mulher do pistoleiro morto que trabalhava ali. “No dia em que cheguei ela foi falar comigo. Disse que estava esperando pela gente”, conta Késia, que passou a viver assombrada na cela. Nem de longe era o que imaginava quando participou da primeira ocupação de terras. O sonho de Késia Furtado sempre foi o de possuir um lote. “Fui nascida e criada na roça”, conta. Numa batalha judicial, entre liminares ora favoráveis a um lado, ora favoráveis a outro, Késia subiu seu barraco e começou a trabalhar a terra. Mas diante das ameaças constantes e dos conflitos com pistoleiros, acabou presa nessas condições.

Em Rondon do Pará, foram tantos os trabalhadores assassinados que nenhum homem quer assumir cargo de

dados uma pasta já antiga, com mais de 20 folhas de papel. São cópias de boletins de ocorrência policial, declarações e atas de atendimento sobre as ameaças de morte sofridas e encaminhadas ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Segundo ela, a situação de Rondon do Pará é delicada. “Acredito que as ameaças são do mesmo grupo que assassinou o Dezinho e o Ribamar, tesoureiro do sindicato. Hoje a prefeita da cidade é filha de um dos fazendeiros do grupo de ameaçadores, que nunca foram punidos”. A vida de Zuldemir é agitada. O marido não suportou a pressão e se separou dela. Um golpe a mais para quem vive entre a família, o sindicato e a assistência a assentamentos.

Em Eldorado dos Carajás (PA), a migrante cearense que preside o sindicato rural vive escoltada por dois companheiros e não pode conviver com os netos, para não expô-los ao risco. **Maria Regina** preside o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eldorado dos Carajás, a 770 km de Belém. As ameaças vieram depois que o sindicato passou a organizar as 4 mil famílias espalhadas por 22 projetos de assentamento no município, localizado em uma região rica em minérios e com grandes fazendas de pecuária. Como os lotes ainda não foram titulados, embora tenham sido regularizados no Incra, as famílias

receberam um contrato de concessão de uso – título provisório, mas que permite a obtenção de financiamento para a produção. Enquanto os títulos definitivos não saem, porém, há fazendeiros se apropriando das terras, cercando os assentamentos, comprando lotes de pos-

seiros ilegalmente e fazendo pressão para que os agricultores abandonem os terrenos. Regina confessa o cansaço e não quer mais falar em ocupações de terras. “Quero paz, para mim e para quem tá comigo. Não é fácil andar apenas com a fé. A gente sabe o poder de uma bala. Por que tem de morrer? Eu não quero morrer, só quero ficar à vontade, tranquila”.

Irmã de Maria do Espírito Santo, assassinada junto com Zé Cláudio em maio de 2011, **Laísa** diz que o julgamento dos acusados foi pior que o assassinato: “Estão selando três caixões”. Apenas o autor dos disparos, Alberto Lopes do Nascimento e o ajudante dele, Lindonjonson Silva Rocha, foram condenados. O principal acusado de ter sido o mandante do crime, José Rodrigues Moreira, recebeu absolvição. Aos 47 anos, Laísa sabe que a própria vida está em grave risco. As ameaças ao casal assassinado estenderam-se, também, a ela e ao marido, José Maria Gomes Sampaio, o Zé Rondon. As ameaças vêm de pessoas que provavelmente fizeram parte do consórcio dos proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros que assassinaram sua irmã e o cunhado. Professora no projeto de assentamento, Laísa teve que alterar drasticamente a rotina. Quando ia a Nova Ipixuna, precisava avisar a polícia. Hoje, acometida por um aneurisma cerebral, está em tratamento em São Paulo.

Movidas pela esperança de dias melhores, elas seguem os caminhos deixados por Margarida e por outras mulheres que lutaram no campo brasileiro. Esperam, assim como todos nós, que seus destinos sejam diferentes dos de Margarida, e que consigam as conquistas que ela tanto sonhou.



Foto: Fundação Margarida Maria Alves  
Foto: João Otávio Paes de Barros Júnior  
Mari - PB 1983

direção no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Toda a executiva é composta por mulheres. Entre elas **Zuldemir dos Santos**, a **Nicinha**, que acumula as funções de vice-presidente e diretora de Políticas Sociais do sindicato. Vive assombrada, não sem motivos. Ela guarda com cui-

\*agentes da CPT Nordeste II, com informações de reportagens da Agência A Pública.

## CONCÍLIO VATICANO II

# Conversão ao ecumenismo

PE. FLÁVIO LAZZARIN\*

Podemos afirmar que, antes do Concílio, a Igreja Católica não valorizava e até rejeitava o movimento ecumênico, criado pelos protestantes nas primeiras décadas do século XX. Com efeito, era opinião teológica dominante que a unidade dos cristãos se dava só como retorno dos demais cristãos cismáticos e hereges à única verdadeira Igreja. O Vaticano II, ao contrário, muda radicalmente esta perspectiva e se converte a um novo e decidido espírito ecumênico.

É no Decreto Unitatis Redintegratio que a Igreja Católica define o seu compromisso ecumênico, afirmando que o Espírito Santo age também na “Igreja” Ortodoxa e nas “comunidades eclesiais” herdeiras das Reformas Protestantes. Estabelece-se certa hierarquia entre Igreja e comunidade, mas, de fato, fundamental é a afirmação que, na fé no Cristo Pascal e pelo dom do batismo, os fiéis das outras igrejas são irmãos e irmãs, ainda que o sejam como “irmãos separados”, e não são mais considerados cismáticos e hereges.

Começa, assim, o diálogo entre cristãos de confissões diferentes, que prossegue nas décadas sucessivas, muitas vezes desmentindo o entusiasmo e as motivações iniciais. Até hoje, a teologia magisterial limita o campo do ecumenismo propriamente dito ao diálogo entre “Igrejas” e “comunidades eclesiais” e, seguindo a distinção do Concílio (Decreto Nostra Aetate e a Declaração Dignitatis Humanae), define a relação com as outras religiões como diálogo inter-religioso.

A mensagem do Concílio foi o início de uma revolução teológica e de uma mudança de mentalidades, que envolveu as consciências de muitos cristãos e teve reflexos importantes na América Latina. É na América Latina que, de forma criativa, se avança pastoral e teologicamente no espírito ecumê-



Foto: Reuters

nico inaugurado pelo Concílio.

O aprofundamento prático e teológico desta renovada atenção ao diálogo, à alteridade e à reciprocidade, se expressou na perspectiva do macroecumenismo, prática e reflexão teológica que vão além da distinção inicial entre ecumenismo e diálogo inter-religioso. E, mais recentemente, abriu-se um diálogo entre macroecumenismo e outra tendência teológica de origem asiática e européia: a Teologia do Pluralismo Religioso ou, como traduz o nosso Marcelo Barros, Teologia do Pluralismo Intercultural.

Macroecumenismo: uma palavra nova, latino-americana, nascida em setembro de 1992, durante o 1º Encontro Continental da Assembleia do Povo de Deus, em Quito, Equador. Foi Pedro Casaldáliga que proclamou e fundamentou este sonho, que o teólogo José Maria Vigil apresentou teologicamente no livro “Espiritualidade e Libertação”, lançado naquela mesma ocasião. Palavra nova, que nasce no chão, que é também da CPT, do encontro com os povos de Deus que carregam culturas, tradições, visões do mundo e da terra, religiões e religiosidades diferentes. Foi a descoberta de religiosidades outras, ocultadas e conculcadas pelo processo

secular da cristandade colonial, que nos conduziu a repensar e reviver de outro jeito a relação pastoral com os caboclos, com os negros, com a chamada religiosidade popular. Foi a escuta dos camponeses e das camponesas de suas lutas e resistências, que nos conduziu – e nos conduz – a atitudes autocríticas das dimensões eurocêntricas, eclesiocêntricas e coloniais de certo cristianismo. São os rostos dos pobres e dos indígenas que nos despertam não só para o desafio da igualdade, mas também para o direito à diversidade cultural e religiosa.

O macroecumenismo está estritamente ligado à pastoral da libertação, que escolhe a história como único lugar em que se dá a salvação: “A grande missão cristã (missão para todos/as) consiste em fazer história, fazer história de salvação, salvar a história. Essa não é só a grande missão cristã, mas a grande missão humana. Ser humano (sendo válido para todos os humanos, de qualquer religião) é ser chamado por Deus a participar, com ele, da história da salvação, do seu projeto de salvação. E, possivelmente, todas as religiões estão sendo chamadas por Deus a partilhar essa missão histórica”. (José Maria Vigil).

Outro elemento de junção entre a perspectiva macroecumênica e a caminhada libertadora é a centralidade do Reino. Não é a Igreja o centro, ao contrário, ela tem sentido só se viver em função do Reino anunciado por Jesus. Por isso, podemos colaborar com todos os que amam a vida, a justiça, a paz, a verdade, a fraternidade, mesmo que sejam de outras religiões. A opção pelo Reino e pela Justiça implica necessariamente a opção pelos pobres. Não se trata dos pobres como objeto da assistência cristã, mas dos pobres injustiçados, das mulheres injustiçadas, dos indígenas, quilombolas, camponeses/as injustiçados; dos pobres como vítimas, que revelam o pecado estrutural e sistêmico, o anti-reino; dos pobres como sujeitos e protagonistas da libertação inaugurada pela Páscoa de Jesus.

Esta sensibilidade macroecumênica deveria inspirar cada vez mais a nossa espiritualidade, numa estação da história do planeta, em que a possibilidade da vida morrer – também de morte matada – é mais do que uma hipótese remota e alarmista. Deveríamos repensar e tentar viver o ecumenismo também a partir da profecia de Francisco e de Clara de Assis, que anunciaram e viveram a fraternidade e a sororidade de todos os seres vivos, não só da humanidade, mas da vida como um todo. Ampliaríamos, assim, os horizontes do diálogo e da reciprocidade, recuperando, nas lutas por terra, água e territórios, o sentido originário da palavra ecumenismo: terra habitada, casa da gente, casa de todos e todas. Isso, com certeza, favoreceria o diálogo e a aliança com os povos originários e tradicionais, que revelam, nas suas falas e práticas, a ligação profunda entre religião, espiritualidade e luta; que pensam e vivem a terra como mãe, como abrigo sagrado, como espaço dos encantados, como um “tu” e não como um “isto”.

## MEMÓRIA

# Mortes que confortam e estimulam

ANTÔNIO CANUTO

A CPT se despediu, em agosto, de Irmã Lucinda Moretti e do Pe. Victor Asselin. Suas mortes nos entristecem, mas somos confortados e estimulados por sua fidelidade a Deus e ao povo da terra.

## Ir. Lucinda, sempre disposta a distribuir esperança

Em 16 de agosto, num trágico acidente de trânsito, perto da cidade de Juti, no Mato Grosso do Sul, faleceram as Irmãs Lucinda Moretti e Adelaide, da Congregação das Irmãs de São José de Chambery.

Irmã Lucinda era membro da ordenação da CPT no Mato Grosso do Sul. “Falar da irmã Lucinda é como falar da própria história da CPT em Mato Grosso do Sul”, nos diz Martí, assessor de comunicação do regional. E Vanilton, da CPT de Dourados, acrescenta que Lucinda “era uma apaixonada pelo cerrado, pela agroecologia, pelas ervas medicinais, pelo evangelho, pela presença entre os agricultores e agricultoras em especial os indígenas e os assentados. Uma pessoa simples, sempre tinha a palavra certa para os momentos complicados. Enquanto agente pastoral, sempre disposta a distribuir esperança, a incentivar na caminhada, a ter paciência, a ser preocupada com todos”.

Filha de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul nasceu em 1942, e tornou-se religiosa, aos 22 anos. Em 1976, a Congregação a enviou para a região de Glória de Dourados, MS, onde conheceu a realidade dos lavradores empurrados pela “revolução verde”, que ficaram sem terra, sem futuro, dispostos a trabalhar por quase nada na terra dos outros.

Por isso Lucinda acompanhou de perto a grande ocupação do latifúndio Santa Idalina, em Ivinhema, MS, quando famílias inteiras de 11 municípios de Mato Grosso do Sul enfrentaram o exército, o frio, as doenças. O número elevado de doentes no meio do mato mobilizou as irmãs da Pastoral Popular da Saúde e da Comissão Pastoral da Terra. Irmã Lucinda ficou uma semana na ocupação. Martí conta que segundo a narrativa de Lucin-



Foto: Luciano Bernardi - CPT Bahia

da, “o cenário social, político e militar, gerado pelos inimigos da reforma agrária, em função do caso Santa Idalina, foi simplesmente de terror. No meio de tudo, Lucinda lembra que conseguiram vencer o medo e ‘ajudamos aquele povo nos primeiros dias dando apoio’. Caminhar. Essa se tornou a palavra chave. Xaropes, ervas medicinais, e todo tipo de remédios caseiros são tão importantes como a luta mesma, sempre que a caminhada seja ‘junto a esse povo’ e pela reforma agrária. Nos últimos anos, na sua querida Juti, foi simplesmente uma lutadora incansável... nunca mais parou de lutar junto aos pequenos lavradores”.

Segundo Mieceslau Kudlavicz, da CPT de Três Lagoas, MS, “sorriso gostoso e sincero como sempre foram suas atitudes. Dedicou sua vida em favor do homem e da mulher do campo de forma alegre e prazerosa. Esta sua imagem permanecerá como sua marca registrada de como se faz trabalho com o Povo de Deus. De forma gratuita e pelo prazer de vê-lo feliz”.

## Pe. Victor Asselin, uma referência no Maranhão

No dia 23 de agosto, vítima de câncer, faleceu em Quebec (Canadá) o padre Victor Asselin, o primeiro vice-presiden-

te da CPT. Nascido em 1938, formou-se em advocacia e ordenou-se padre em 1964. Natural do Canadá, Victor logo se tornou maranhense, onde chegou em 1966 e onde atuou por mais de quarenta anos. Segundo seu amigo e historiador Eduardo Hoornaert, “sua vida representa a figura do sacerdote católico inspirado pelas ideias do Concílio Vaticano II e de Medellín”.

Victor fez o curso do Instituto Pastoral Latino-Americano (IPLA) em Quito, no Equador, em 1973: “Foi um momento decisivo em minha vida”, disse em entrevista em 2010. Aí aprendeu a interpretar a América latina de forma crítica e principalmente a perceber o “sistema de pecado” que a domina. Em 1975, participou do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, de onde surgiu a Comissão Pastoral da Terra. Em 1976, Victor articula as dioceses do Maranhão para criar a CPT no estado. Em 1977, foi eleito o primeiro vice-presidente da CPT, ao lado de Dom Moacir Grecchi, como presidente.

Como advogado percebia as tramas para espoliar os camponeses de suas terras. E descobriu que a violência que atinge os camponeses e camponesas é fruto de um sistema de ocupação de terras conhecido como grilagem. Procurou conhecer um grilo, o Pindaré, e descobriu uma verdadeira rede de grilagem, enorme, surpreendente. Isso o levou a escrever o livro Grilagem: corrupção e

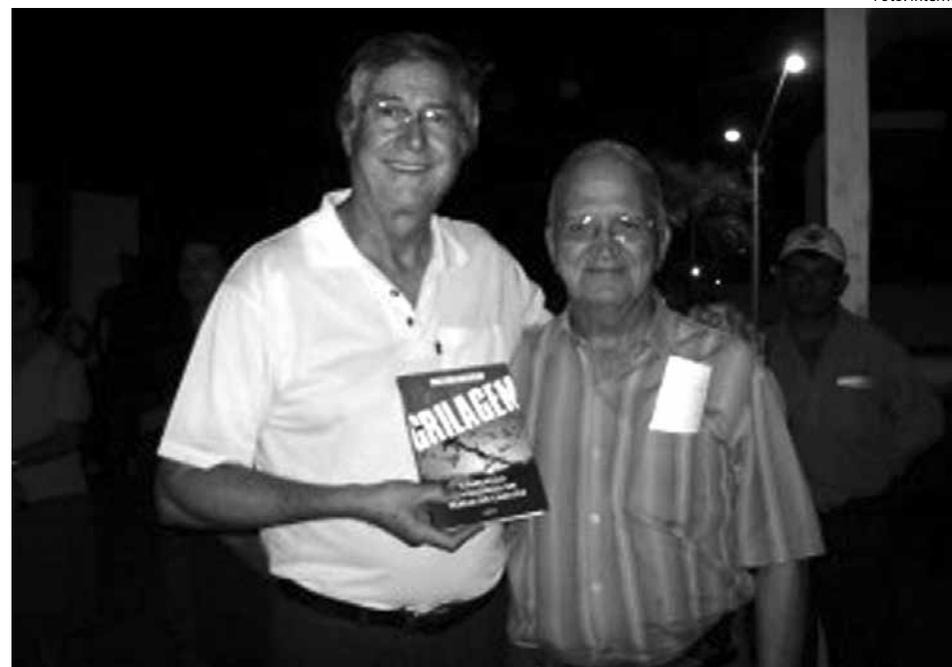
violência em terras do Carajás, editado em 1982, com farta documentação que reuniu.

Segundo Hoornaert: “Nesse livro, ele sustenta a tese de que os casos de violência no campo não são acontecimentos isolados, mas decorrência de uma política planejada... O livro explode como uma bomba no mundo político maranhense. Publicam-se artigos contra e a favor dos posicionamentos do autor, que é ameaçado de morte, recebe telefonemas anônimos e é taxado de ‘subversivo’”. Ele, porém, não se deixa intimidar. O livro é reeditado, em 2009, nas palavras do próprio Victor para que “a jovem geração, aquela que não teve oportunidade de tomar contato com a experiência de seus pais e avós, de se aproximar dela e fazer sua árdua experiência desses heróis que moldaram sua personalidade na coragem e na paixão pela defesa do Estado”.

Diz Inaldo, ex-coordenador regional da CPT Maranhão: “Padre Victor foi sempre uma referência no estado ao se tratar dos problemas da terra, tanto no campo, quanto na cidade. Mesmo afastado da CPT nos últimos anos, a preocupação com a terra esteve presente em sua vida. Ele ajudou a regularização de muitos bairros em São Luís”.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: Internet



## ROMARIAS

# Juventude em Romaria

*Julho e agosto foram marcados por Romarias da Terra e das Águas em diversos estados. A juventude no campo e na cidade foi o tema da maior parte delas, em sintonia com a Campanha da Fraternidade 2013 e a Jornada Mundial da Juventude.*

CRISTIANE PASSOS\*

## 27ª Romaria da Terra do Paraná foi realizada na cidade de Faxinal

No dia 18 de agosto, aconteceu a 27ª Romaria da Terra do Paraná, na cidade de Faxinal (PR), Diocese de Apucarana, com a participação de mais de cinco mil pessoas. A Romaria foi preparada e articulada pela CPT, Pastorais Sociais, Dioceses, entre outras organizações. Teve como lema: “Juventude do Campo: exige mudança, justiça, direito e semeia esperança” em continuidade às reflexões da Campanha da Fraternidade deste ano e da Jornada Mundial da Juventude.

A cidade de Faxinal foi escolhida pela exuberância dos recursos da natureza, como suas inúmeras cachoeiras, e, também pela experiência dos faxinais, uma marca que não só deu nome ao município, mas também constitui uma herança de produção coletiva e familiar, de relação com a terra e os recursos naturais, para além de uma visão mercantil. Essa bonita experiência vem sendo ameaçada pelo agronegócio da produção de grãos e celulose.

A Romaria é um momento de revigoramento dos movimentos e pastorais sociais, e principalmente, dos camponeses que bravamente resistem. É o momento de renovar a esperança na construção de um mundo melhor, de quebrar as estruturas que geram violência e morte da juventude.

## 15ª Romaria da Terra e das Águas em Americana (SP)

Depositar na caminhada a esperança de um povo que sofre, mas que não se cansa de lutar, esse foi o eixo central da 15ª Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo, realizada no dia 18 de agosto na cidade de Americana (SP). Organizada pela CPT São Paulo, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Diocese de Limeira, a romaria reuniu militantes de todo o estado. Com



Foto: CPT Ceará

o lema “Juventude no campo e na cidade, por uma nova sociedade”, a caminhada teve a participação de jovens da Pastoral da Juventude da igreja católica.

Os romeiros saíram da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, no bairro Antonio Zanaga, e chegaram ao Assentamento Milton Santos. Durante o trajeto, trabalho escravo, água, terra, desemprego, moradia, saúde, educação foram temas de reflexão. Foi também manifestado apoio aos que lutam pela reforma agrária e a justa distribuição da terra e da renda no país. A questão ecológica foi uma das grandes motivações do ato. O local foi escolhido devido à grande concentração de terras nas mãos de usineiros, em contraste aos assentamentos da região, que mesmo com dificuldade, vêm resgatando a dignidade de centenas de famílias de trabalhadores e trabalhadoras.

## 16ª Romaria da Terra do Ceará aconteceu no dia 17 de agosto

“Terra, Água, Comunhão: Bem Viver em Nosso Chão” foi o tema da 16ª Romaria da Terra que aconteceu no dia 17 de agosto, na cidade de Sobral (CE), com participação de mais de 15 mil pessoas vindas de todas as dioceses da Regional Nordeste 1. A programação incluiu Celebração Eucarística, apresentações artísticas e caminhada romeira. A 16ª Romaria da Terra trouxe o despertar da necessida-

de de ações práticas para o enfrentamento da problemática comum a todas as regiões do Ceará. Atitudes concretas que venham possibilitar aos que sofrem e aos que venham a sofrer injustiças, a reparação dos danos e a garantia de direitos. A Carta da Romaria destacou que “na construção do Bem Viver, re-

afirmamos a importância das cisternas de água para beber e para a produção, os quintais produtivos, as casas de sementes crioulas, os processos de mobilização social transformadora e todos os esforços de homens e mulheres que dão vida a este semiárido”.

## 17ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais e 9ª Romaria do Trabalhador Rural

A 17ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais junto com a 9ª Romaria do (a) Trabalhador (a) Rural aconteceu em Miradouro, na Zona da Mata mineira, no dia 21 de julho, acompanhada por milhares de romeiros, vindos de todas as partes do estado. Trabalhadores rurais, religiosos, jovens, crianças, movimentos sociais e eclesiais caminharam e cantaram seguindo a mística libertadora das CEB's. Em sintonia com a Campanha da Fraternidade e a Jornada Mundial da Juventude, o tema trabalhado

foi “Juventude no Campo e nas Cidades defendendo nosso chão, nossa gente e a

criação”. Nomes de mártires e pessoas que dedicaram sua vida ao próximo como o Padre Agostinho, a muriaeense Rosa Maria Fortini e de pessoas que utilizaram de seu pedaço de chão para sobreviver, como o trabalhador rural, Jales Cabral, assassinado este ano, no município de Eugênio-ópolis, foram lembrados em discursos das autoridades, faixas e banners.

## “Uma fé transformadora” - 36ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa

De 5 a 7 de julho foi realizada a 36ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa (BA). A Romaria, promovida há 36 anos pela CPT Bahia, incorpora várias dioceses do interior do estado, sobretudo do Centro-Oeste, organizações e movimentos sociais e conta com a presença anual de uma média de 5 a 10 mil pessoas. Em sua mensagem final, foram destacados elementos como a urgência de se lutar contra a apropriação particular dos bens naturais, a solidariedade com os povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, bem como a necessidade de se cuidar dos jovens, evitando, assim sua migração forçada, quando, por muitas vezes, acabam sendo escravizados.



Foto: CPT Bahia

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



DIANA VIVEROS\*

O macabro plano orquestrado pela direita oligárquica, que acabou por semear 17 mortes – 11 camponeses e 6 policiais – no distrito de Curuguaty (Dpto. Canindeyú), em 12 de junho de 2012, serviu como pretexto para o golpe de Estado dado pelo Parlamento, que instituiu o julgamento político contra o governo de Fernando Lugo. A estes 11 camponeses sem terra somou-se-lhes um mais em Yvy Pytã, zona do massacre. Foi o de Vidal Vega, líder da Comunidade “Naranjaty” que conhecia os pormenores do processo de recuperação de terras apropriadas indevidamente nessa localidade. Foi assassinado em frente à sua casa, por dois pistoleiros que desceram de uma moto.

Nessa funesta listagem aparecem também Sixto Pérez, Benjamín Lezcano, Dionisio González, Francisco De-

## Paraguai: assassinato de líderes camponeses e militarização de zonas rurais



Ilustração: Latuff

nis e, por último, Lorenzo Areco, todos líderes camponeses com um alto compromisso social e que levavam uma vida honesta e dedicada a suas comunidades. Todos eram do departamento de Concepción, que atualmente se encontra militarizado –ao lado de outros dois, San Pedro e Amambay– em ação que busca integrantes do suposto grupo armado, Ejército do Povo Paraguai (EPP). O presidente eleito Horacio Cartes declarou como prioritária a luta contra o EPP, mas os assassinatos de dirigentes camponeses, a perseguição contra as comunidades rurais e

a criminalização das manifestações e protestos, não figuram na agenda do novo governo.

\*Conamuri (Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas do Paraguai).

## Na Guatemala movimentos denunciam o aumento de assassinatos e perseguição de militantes sociais

CLOC-VIA CAMPESINA\*

Delegados da CLOC Via Campesina da região centroamericana, em conjunto com representantes de comunidades da Guatemala, que sofrem perseguição e intimidação pela defesa da terra e territórios, denunciaram, no mês de julho passado, o aumento da criminalização da luta camponesa e indígena pela defesa da vida. Os representantes da comissão centroamericana assinalaram que os países da região em que houve aumento dos assassinatos, das prisões, perseguições e intimidações a líderes de movimentos sociais, são Honduras, Panamá e Guatemala.

Os representantes da CLOC Via Campesina assinalaram que somente em Honduras nos últimos três anos

foram registrados 115 camponeses e camponesas assassinados, e em torno de três mil enfrentam processos judiciais por causa de sua luta pela terra. Além disso, nos últimos anos, na Guatemala e no Panamá subiu o número de dirigentes presos, perseguidos e assassinados, bem como houve aumento de expulsões violentas e a remilitarização das comunidades que defendem seus territórios. A delegação repudiou, ainda, a condenação a 150 anos de prisão do líder kaqchiquel Abelardo Curup, por sua luta em defesa do território da sua comunidade, não permitindo a entrada de empresas de sementes em território sanjuanero, em Honduras.

\*Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo.

## Indignação pelo assassinato de dois meninos em uma comunidade na Guatemala

RÁDIO MUNDO REAL\*

Organizações feministas, camponesas e populares, em uma coletiva de imprensa, expressaram seu repúdio ao assassinato de dois meninos, Hageo Isaac Güitz de 13 anos de idade e David Estuardo Pacay de 11 anos, no dia 23 de agosto último. Os meninos foram atacados por um suposto trabalhador da hidrelétrica Hidro Santa Rita, quando este chegou à comunidade em busca do líder comunitário David Chen. Ao não receber a informação sobre onde se encontrava o líder comunitário, este começou a insultar as

peças da comunidade, que pediram que ele se retirasse do local. O homem, então, sacou uma arma e disparou várias vezes, atingindo os dois meninos.

Representantes de diferentes organizações locais destacaram que em várias ocasiões a comunidade tem sido ameaçada pela empresa, e denunciaram que doze dias antes do assassinato dos meninos, David Chen, que é pai de um deles, foi sequestrado por funcionários da empresa, por causa da sua posição contrária à hidrelétrica.

\*Rádio online do Uruguai.

## PÁGINA BÍBLICA

# O templo e o povo da terra

SANDRO GALLAZZI\*

A palavra dos profetas se concretizou com a destruição do templo de Jerusalém. Em 597 a.C. sofreu a primeira derrota. Um grande grupo da elite foi levado ao exílio. Dez anos depois, em 587 a.C., Jerusalém foi destruída pelo exército da Babilônia. O resto da população da cidade (832 pessoas) foi levado à Babilônia. Devemos olhar com atenção o que vai acontecer na Babilônia, pois lá será construída uma nova teologia e uma nova forma de expressar a fé dos judeus. Poderíamos falar de uma nova religião. Mais tarde isso vai gerar um conflito muito forte que estará presente no tempo de Jesus. Para melhor compreender a Jesus devemos olhar o que aconteceu na Babilônia.

## a. O grupo da elite

Estes são os chefes de Jerusalém, sobretudo gente do palácio, inclusive o rei, os sacerdotes, soldados, generais, ministros que foram levados para a Babilônia por Nabucodonosor no primeiro exílio, em 597 a.C. A família do rei fica 37 anos na prisão. Depois é libertada pelo rei da Babilônia, não sabemos por quê. O segundo livro dos Reis, em sua conclusão, diz: “No trigésimo sétimo ano da deportação de Joaquim, rei de Judá ... Evilmerodac, rei de Babilônia, no ano em que subiu ao trono deu anistia a Joaquim e o tirou da prisão. Falou-lhe com amizade e deu-lhe um trono mais alto que o dos outros reis que estavam com ele na Babilônia. Joaquim tirou as roupas de prisioneiro e durante o resto de sua vida comeu na mesa do rei” (II Reis 25,27-29).

Depois de uma longa experiência na prisão, passa a ter uma situação mais tranquila, com certos privilégios. Os outros também não foram maltratados, sofreram confinamento, mas nele tinham autonomia organizativa e operativa.



Este grupo, antes acostumado ao poder, vai produzir uma reflexão interessante que se pode resumir assim: Nós quando estivemos no poder erramos muito, cometemos abusos e violências. Até caímos na idolatria; por isso Deus nos castigou com o exílio, para que nos arrependêssemos de nossos pecados. Agora nos humilhamos e Deus nos perdoou, nos renovou e estamos prontos para voltar à Judéia, e voltar a ter nossas terras e nosso poder, porque nunca mais vamos oprimir alguém. Ao voltar tudo será como antes: um rei, um palácio e um templo. Quer dizer, o grupo que esteve no poder, queria voltar ao poder.

## b. O grupo do resto

O segundo grupo que foi à Babilônia é o que a Bíblia chama “o resto da população da cidade”. São os escravos e as escravas dos ricos, os artesãos, que não formam parte da elite. Neste gru-

po têm presença significativa as mulheres. Este grupo teve sorte diferente, não vai ao confinamento, vai trabalhar como escravo na terra da Babilônia. É uma situação de opressão. Eram escravos em Jerusalém, continuam escravos na Babilônia trabalhando na terra.

Na minha opinião, este grupo escreveu as páginas mais lindas do Antigo Testamento. São as páginas dos capítulos 40 a 55 de Isaías. É o chamado “Segundo Isaías”. São as que Jesus vai usar como roteiro de sua caminhada. Delas surge com força a figura do “Servo de Javé”, a proposta mais profunda da mística profética. É o povo oprimido e insignificante que recupera sua identidade de instrumento privilegiado nas mãos de Javé, para implantar o direito e a justiça em todas as nações. Este grupo descobre que Deus sempre usou o descartado, o resto, para construir a história do povo. Descobre esta lógica de Deus e se põe a serviço da história, como sujeito da mudança.

Ao pensar no futuro, este grupo projeta uma sociedade sem templo e sem palácio, aberta a todos os que buscam a justiça, sem distinção de raça, baseada sobre o direito a comer o que plantamos, habitar nas casas que construímos e viver em paz numa casa cheia de filhos, ao redor de uma mesa farta.

## c. O grupo dos pobres que ficaram na Judeia

Nem todos foram para a Babilônia. Foi para a Babilônia a população da cidade. A população do campo ficou em Judá e ficou muito bem. Como nos informa o livro de Jeremias: “Nabuzardan deportou o resto dos habi-

tantes de Jerusalém e aos que durante o sítio haviam passado para o lado dos caldeus. Somente deixou uma parte do povo, os mais pobres, e naquele dia lhes deu vinhedos e terras” (Jer.52,15-16).

Foi uma reforma agrária real. Possivelmente lhes deixou a terra porque colaboraram com a Babilônia contra a cidade. Tem que ser dito, Jeremias colaborou com a Babilônia para destruir a cidade. O fato é que aos pobres de Judá foram dados os vinhedos e as terras, e que esta redistribuição não agradou, nem foi aceita, pelos antigos proprietários, agora cativos na Babilônia. Podemos suspeitar o conflito que vai surgir mais tarde. Este grupo vai ter um papel muito importante. Iluminado pela presença do profeta e pelos princípios do livro do Deuteronômio, este grupo vai contar mais uma vez a história do povo que se organizou em tribos, até o fim de Jerusalém e da monarquia.

Os livros de Josué, Juízes, I e II Samuel e I e II Reis são um presente que os pobres da terra nos fizeram. Uma história contada com o objetivo de resgatar a memória popular e de denunciar os inumeráveis erros que levaram Israel à destruição. Este grupo também dará uma redação mais firme aos textos proféticos mais antigos como Amós, Oséias, Miquéias, Isaías, Sofonias, Naum, Habacuc e Jeremias.

Às vezes temos uma informação errada que nos induz a pensar que os babilônios levaram todos à Babilônia e que depois todos voltaram. Não é verdade. A grande maioria ficou: os pobres, os trabalhadores, os oprimidos. Para a Babilônia só foi a elite e o resto da população da cidade. No total 4.600 pessoas. Para o povo humilde, a destruição de Jerusalém foi uma experiência de salvação e de vida.

\*Agente da CPT Amapá.

## EXPERIÊNCIA

# Coletivo de Jovens do Assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes – RJ

VIVIANE RAMIRO\*

Costumamos ver a juventude como sinônimo de problema e/ou motivo de preocupação. Nos meios de comunicação de massa predominam dois modelos polares: de um lado, estão jovens ditos como bonitos, saudáveis, alegres e descomprometidos que oferecem modelos de vida e de consumo aos quais poucos jovens têm acesso. De outro, são apresentados jovens envolvidos com a violência ou que possuem comportamentos de risco, na maior parte das vezes, negros e oriundos de setores populares.

São imagens que convergem para um tipo de senso comum que considera a juventude individualista e politicamente desinteressada. Porém, esses estereótipos não refletem a diversidade de experiências vivenciadas pela juventude brasileira. Com intuito de visibilizar cenários que não são retratados nos meios de comunicação e, portanto, não valorizados enquanto forma de organização coletiva, queremos apresentar uma experiência de organização da juventude camponesa no Assentamento Zumbi dos Palmares.

O assentamento Zumbi dos Palmares tem 30 quilômetros de extensão e é constituído por cinco núcleos, sendo que os núcleos 1, 2, 3 e 4 estão localizados no município de Campos dos Goytacazes, e o núcleo 5 no município de São Francisco de Itabapoana, interior do estado do Rio de Janeiro. É formado por 506 famílias, de diferentes origens: ex-trabalhadores da usina, moradores de diversos bairros e favelas da região e de outros estados, e membros de sindicatos de trabalhadores rurais. Resultou de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no

complexo de terras pertencentes à usina São João, que decretou falência na década de 1990. No processo de divisão dos lotes e acesso à terra, a principal preocupação dos assentados se expressou na necessidade de infraestrutura para a produção agrícola e o acesso ao mercado. No decorrer do ano de 2005, alguns jovens assentados, insatisfeitos com a falta de espaços de lazer no assentamento, com o apoio da CPT começaram a organizar uma festa junina camponesa. Após três anos de tentativas foi criado o Arraiá de Campestre, do qual participam 20 jovens de 11 a 21 anos de idade dos núcleos 2, 3, 4 e 5.

Com o encerramento das apresentações festivas nasceu o desejo de dar continuidade a essa vivência coletiva, por isso o grupo levantou algumas ideias: assistir filmes, ouvir músicas, fazer uma peça de teatro. Devido à timidez dos jovens a maioria optou inicialmente pelo cine cultural. Um tempo depois, a proposta do teatro reapareceu a partir de um convite para realização de uma mística no Seminário de Erradicação do Trabalho Escravo. Montaram então e apresentaram a peça: “O Itinerário do Cortador de Cana”, que retrata o cotidiano de um jovem boia-fria assalariado do corte da cana de açúcar. Nesse momento, os jovens já haviam alcançado uma dinâmica organizativa e estreitado laços de confiança, passando inclusive a participar de outros espaços como da



Foto: CPT Campos dos Goytacazes

Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), da Romaria da Terra, em Nova Iguaçu, do Abril Vermelho, em Campos, entre outras. Estes espaços propiciaram o surgimento de novas demandas como o acesso à universidade. Frente a esta reivindicação foi organizado um curso preparatório nos



Foto: CPT Campos dos Goytacazes

molde de Pré-vestibular Comunitário, no segundo semestre de 2009. Os 11 jovens assentados que participaram desse processo ingressaram em cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em duas instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal Rural

do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Instituto Superior de Ensino Aldo Muylart.

Com vistas a fortalecer tal processo organizativo, esse coletivo vem dialogando com a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Um canal que resultou na realização do I Encontro da Juventude Camponesa em agosto deste ano, do qual participaram 26 jovens do norte e noroeste fluminense, representantes dos respectivos territórios camponeses: assentamento, quilombos e pequena agricultura. O encontro teve também a participação de organizações e movimentos de apoio à luta pela terra, como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Cabrunços Livres, PROJovem Saberes da Terra Fluminense, da Associação dos Geógrafos do Brasil, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude Rural. O encontro teve como principal objetivo promover a troca de experiências sobre

seus territórios, reafirmar suas identidades e apontou a necessidade de se garantir o direito de permanência da juventude no campo de forma digna e justa.

Enquanto CPT, acreditamos que essa experiência coletiva reflete a participação e o envolvimento da juventude camponesa na construção do projeto de desenvolvimento para o campo, entendido como espaço de vida.

\*agente da equipe da CPT de Campos dos Goytacazes.

## CULTURA

# Às Margaridas que lutam!

Luta e fome sempre marcaram a Zona da Mata, que se converteu em zona da cana e em Região que se mata. Matam as matas, matam os povos, matam a flora e a fauna.

Matam quando concentram a terra, quando concentram a água, matam pelo monocultivo, pela escravidão, matam pela convivência e pela omissão.

Lute!!!

Lute contra a fome que te consome, contra a concentração da terra e da água, lute contra tanta concentração que da terra te desgarra.

Lute!!!

Lute pela terra partilhada, pelas águas límpidas socializadas, pelo trabalho não mais escravizado.

Desta luta vai surgir o campo novo, que só se constrói pela luta do povo reinventando sua própria história.

Lute como a beleza das Margaridas, faça de tua fome, nossa fome de justiça e sacie sua sede na fonte de água cristalina.

Plácido Júnior – geógrafo e agente da CPT NE II

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



## Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

### Assinatura anual:

- |                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)

## COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Mala Direta  
Postal Básica

9912277124-DR/GO  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA